ISSN: 2358-8829

COLONIALISMO DE DADOS E EDUCAÇÃO: SOBERANIA, GEOPOLÍTICA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O PAPEL DAS COMUNIDADES ESCOLARES NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Emerson Blum Corrêa [1]
Luciane Grossi [2]
Rodrigo Felipe Alessi [3]
Josie Agatha Parrilha da Silva [4]

INTRODUÇÃO

A inserção acelerada de tecnologias de Inteligência Artificial (IA) na Educação brasileira, impulsionada por grandes corporações sediadas predominantemente nos Estados Unidos e na China, é marcada por tensões, disputas e interesses de um campo geopolítico profundamente assimétrico. A expansão de plataformas educacionais, sistemas de gestão escolar e ferramentas de personalização do ensino ocorre sob o discurso da eficiência, da modernização e da equidade, encobrindo a extração de dados produzidos cotidianamente por estudantes e educadores, que são capturados, processados e monetizados para alimentar modelos de IA cuja governança escapa ao controle dos Estados nacionais e, sobretudo, ao interesse público.

A adoção dessas tecnologias sem regulação robusta e sem participação ativa das comunidades escolares torna as políticas públicas vulneráveis a uma lógica mercadológica que desloca o debate educacional de questões essenciais como currículo, formação humana e justiça social para preocupações operacionais e de gestão. A Educação deixa, então, de ser tratada como espaço de formação crítica e autônoma e passa a ser abordada como se fosse um território de disputa por dados comportamentais, perfis cognitivos e padrões de aprendizagem.

Diante dessa problemática, este trabalho analisa como a dinâmica de colonialismo de dados na Educação pode influenciar a formulação de políticas públicas, comprometendo a

[1] Doutorando do Curso de Educação para Ciência e a Matemática da Universidade Estadual de Maringá - UEM, emerblum@outlook.com;
[2] Mestrando do Curso de Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, rodrigoalessi06@gmail.com;
[3] Doutora pelo Curso Ciências da Computação e Matemática Computacional pela Universidade de São Paulo - USP, lgrossi@uepg.br;
[4] Professora orientadora: Doutora em Educação para Ciência e a Matemática, Universidade Estadual de Maringá - UEM, japsilva@uepg.br.

ISSN: 2358-8829

soberania educacional brasileira. Trata-se de ensaio teórico qualitativo que, ao articular os conceitos de globalização perversa (Santos, 2000), capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019) e colonialismo de dados (Couldry; Mejias, 2019), evidencia como as assimetrias entre países produtores e consumidores de tecnologia se traduzem na realidade escolar brasileira.

METODOLOGIA

Este estudo adota o formato de ensaio reflexivo e interpretativo, distante da pretensão classificatória da ciência tradicional, e voltado à compreensão qualitativa do objeto analisado. O recorte adotado privilegia a análise crítica de discursos, conceitos e processos sociais, objeto que pode assumir caráter imaterial ou abstrato no âmbito do ensaio (Meneghetti, 2011). Dado que o ensaio não foca em esgotar o objeto de estudo, mas sim em abrir caminhos interpretativos e lançar questões de investigação, entendemos que essa metodologia é adequada ao propósito de articular, de maneira problematizadora, três corpos teóricos distintos, na construção de um argumento sobre as implicações geopolíticas da IA na Educação Brasileira.

O desenvolvimento do ensaio percorreu três movimentos, não estritamente sequenciais: a apropriação crítica de conceitos fundamentais dos autores referenciados, interpretados à luz das perguntas que orientam esse estudo; a articulação entre globalização perversa, capitalismo de vigilância e colonialismo de dados, mobilizados em conjunto para pensar o campo educacional; e a reflexão sobre os impactos dessa articulação para a formação docente e para as políticas educacionais brasileiras. Em consonância com a forma do ensaio, a apropriação dos conceitos não foi feita de modo sistemático ou definitivo, mas em movimento permanente de aproximação e distanciamento entre eles (Meneghetti, 2011).

A ferramenta de IA generativa Thaura[5] foi utilizada na produção desse documento como instrumento de apoio à revisão e à otimização da legibilidade deste artigo, visando aprimorar a fluidez textual e a aderência aos padrões da língua portuguesa. Todas as referências, ideias e composições argumentativas são de autoria dos pesquisadores, que assumem integral responsabilidade pelo conteúdo do texto.

[5] https://thaura.ai/home

ISSN: 2358-8829

GLOBALIZAÇÃO PERVERSA COMO ESTRUTURA DE DESIGUALDADES

O conceito de globalização perversa, formulado pelo geógrafo brasileiro Milton Santos (2000), descreve a forma como o mundo se integrou nas últimas décadas. Basicamente ele consiste no entendimento de que a produção de riqueza e de conhecimento ficou concentrada em poucos pontos de território, enquanto a maior parte das regiões foi incorporada à economia mundial em posição de subordinação. Em termos simples, nem todos participam da globalização do mesmo modo: alguns lugares comandam, e a maioria apenas obedece.

Esse arranjo se apoia numa hierarquia entre as cidades. De um lado estão as cidades globais, sedes das decisões estratégicas. Delas partem as ordens, o controle sobre o capital e o comando do movimento de mercadorias, informações e pessoas. De outro estão as cidades locais, que executam a nível técnico e operacional aquilo que foi decidido em outro lugar, sob controle remoto de instâncias distantes (Santos, 2006). As áreas que ficam fora desses polos de comando não controlam os fluxos, elas apenas recebem seus efeitos, em geral negativos como: desemprego persistente, perda de soberania e ampliação da pobreza (Santos, 2000).

Nessa perspectiva, o conceito de periferia ganha um sentido mais amplo do que o uso cotidiano sugere e se refere a posição que países e regiões inteiras ocupam na divisão internacional do trabalho, fornecendo matérias-primas e mão de obra barata, sem participar da geração de conhecimento nem do comando estratégico da economia global.

O caráter perverso dessa globalização está no fato de que a exclusão não é um desvio, nem um atraso que o próprio tempo corrigiria, mas sim parte intencional do funcionamento do sistema. A predominância do capital financeiro, isto é, do dinheiro que rende por meio de aplicações e especulação, sobre o capital produtivo, que gera bens e empregos, favorece a transferência da produção para zonas de baixo custo social e ambiental. Isso precariza as condições de trabalho e corrói direitos sociais conquistados, em benefício do capital e em prejuízo de trabalhadores e comunidades locais (Santos, 2000). Os custos ambientais seguem a mesma lógica, eles tendem a ser deslocados para as áreas mais precariamente conectadas às redes, justamente aquelas em que a fiscalização é mais frágil e o acesso à justiça mais remoto.

O discurso oficial da chamada aldeia global, que Santos desmonta nessa obra, oculta esse quadro ao apresentar um mundo homogêneo e conectado. Na realidade, coexistem dois mundos distintos: um rico, seguro e integrado às redes, e outro pobre, vulnerável e apartado por barreiras físicas e digitais (Santos, 2000). A essa situação soma-se o fato de que os grandes atores transnacionais têm força superior à capacidade regulatória dos Estados nacionais, sobretudo os periféricos, o que limita as políticas de redistribuição e enfraquece a democracia participativa.

ISSN: 2358-8829

Para Santos (2000), essa dinâmica se intensifica no que o autor chama de meio técnico-científico-informacional, a etapa histórica em que a informação e o conhecimento cientificamente aplicados passam a ser a base da produção e da vida social. Nesse cenário, quem controla os fluxos de informação define as condições de acesso ao conhecimento e aos benefícios da integração, e essa definição se faz sempre em favor de quem já detém o comando. Assim, podemos entender que a globalização perversa é a consequência lógica da espacialização do capitalismo quando operada sem contrapoder social organizado.

A superação desse quadro exige, segundo o autor, uma outra globalização, apoiada em três elementos: a formação de uma consciência universal, que pode ser entendida como a percepção compartilhada de que os grandes problemas do tempo são comuns e clamam por respostas comuns; as correntes de solidariedade transnacionais que se opõem ao mercado global; e o reconhecimento da centralidade da periferia, chamada a ocupar posição de comando sobre o próprio destino (Santos, 2000), rompendo a oposição entre os pontos de comando e as áreas a eles subordinadas.

CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA E A EXTRAÇÃO DE DADOS COMPORTAMENTAIS

O capitalismo de vigilância, conceito formulado por Zuboff (2019), designa uma forma de organizar a economia na qual a experiência humana é reivindicada como matéria-prima gratuita. A lógica difere das formas anteriores de capitalismo porque o lucro não decorre da venda de bens ou serviços aos usuários, mas da apropriação gratuita de suas experiências e da venda das previsões que se derivam delas. Zuboff (2019) identifica a origem desse modelo no Google, nos anos 2000, quando a empresa reconheceu valor preditivo em registros de uso que até então eram descartados. Outras grandes plataformas eventualmente replicaram esse modelo depois.

O motor dessa dinâmica é o excedente comportamental (Zuboff, 2019), nome que a autora dá à diferença entre os dados de que um serviço precisa para funcionar e o volume muito maior que é coletado além disso, sem utilidade para o usuário, e que passa a alimentar a produção de previsões. Para sustentar essa escala, constituiu-se uma infraestrutura proprietária de vigilância, composta por data centers, algoritmos e sistemas de processamento cuja função é transformar a experiência humana em massa de dados (Zuboff, 2019). O objetivo final, contudo, não é apenas prever, mas moldar comportamentos. Para tanto, empregam-se conteúdos ajustados às vulnerabilidades psicológicas de cada indivíduo e intervenções de modificação do

ISSN: 2358-8829

comportamento por meio de técnicas que a autora chama de *nudging* e *nagging* (incentivos sutis e insistentes para agir de determinada forma), de elementos de gamificação e de dispositivos permanentemente conectados à plataforma, capazes de se ajustar em tempo real ao usuário (chamadas de capacidades *tethered*). O conjunto destina-se a influenciar decisões de consumo, de voto e de vida social em favor do lucro (Zuboff, 2019).

Em termos práticos, aquilo que as pessoas fazem, sentem e dizem é coletado em bancos de dados com escalas gigantescas, transformado em dados, processado por algoritmos e convertido em produtos que antecipam comportamentos. Esses produtos preditivos alimentam mercados que negociam previsões sobre o comportamento futuro das pessoas, destinados a atores interessados em influenciá-las.

Esse arranjo estrutura desigualdades de modo específico. A primeira delas é a assimetria radical de poder e de conhecimento. As empresas sabem praticamente tudo sobre os usuários, enquanto estes nada sabem sobre o que é feito de seus dados. A relação é sustentada por um consentimento ilusório, formalizado em termos de uso extensos e ininteligíveis, cuja recusa equivale à exclusão da vida digital. A autora caracteriza esse processo como dispossessão digital, isto é, a continuação da expropriação de bens e direitos sob formas novas, na qual a privacidade e a autodeterminação informacional são apropriadas sem consentimento genuíno (Zuboff, 2019).

As consequências sociais desse fenômeno incluem a erosão da autonomia humana, instrumentalização coletiva das condutas devido ao alinhamento massivo e quase simultâneo dos comportamentos; e a concentração do poder de vigilância em poucas empresas que operam fora das esferas regulatórias tradicionais (Zuboff, 2019).

COLONIALISMO DE DADOS COMO RELAÇÃO DE PODER ASSIMÉTRICA NA ERA DIGITAL

Couldry e Mejias (2019) formulam o colonialismo de dados como um sistema político-econômico que extrai valor da vida cotidiana das pessoas para gerar lucros concentrados em poucos atores. Assim como o colonialismo clássico expropriava terras e recursos naturais nas colônias, o colonialismo de dados expropria a experiência social, comportamental e relacional dos indivíduos, convertida em matéria-prima para algoritmos, publicidade e automação (Couldry; Mejias, 2019).

A relação de poder que esse sistema estabelece é radicalmente assimétrica e podemos dizer que opera em três níveis: informacional; expropriação estrutural e governança

ISSN: 2358-8829

algorítmica. A assimetria informacional acontece porque as grandes plataformas detêm acesso total à infraestrutura de coleta, aos modelos preditivos e às correlações estabelecidas entre bilhões de usuários, enquanto esses usuários operam em opacidade, fornecendo dados sem compreender como suas ações são agregadas, interpretadas e monetizadas, inviabilizando possibilidades de negociação justa ou consentimento genuíno. A expropriação estrutural acontece porque a atividade constante de navegar, postar, clicar e localizar-se gera riqueza considerável para as plataformas sem qualquer remuneração, ou seja, o valor produzido flui unilateralmente para cima, criando dependência estrutural de quem produz em relação a quem detém o monopólio da distribuição e do alcance. A governança algorítmica, por sua vez, refere-se ao poder de decidir o que aparece nos *feeds*, quais opções são sugeridas e quem é visível, controle normativo que reforça hierarquias sociais existentes e limita a agência política dos usuários (Couldry; Mejias, 2019).

Quanto às posições que cada agente ocupa nesse sistema são definidas pela posição na cadeia de extração de valor. Os colonizadores digitais são as grandes plataformas que controlam a infraestrutura global de coleta, armazenamento e processamento de dados, as empresas de tecnologia publicitária e analítica que refinam os dados brutos em produtos comercializáveis e os Estados que participam da arquitetura extrativa. As colônias digitais, por sua vez, compreendem todos os indivíduos conectados, cuja vida privada é sistematicamente exposta, categorizada e explorada independentemente de renda ou classe social, e as comunidades marginalizadas, que sofrem dupla colonização por estarem igualmente sujeitas a vigilância mais intensa, dado que a alocação desigual da vigilância é traço estrutural do sistema (Couldry; Mejias, 2019).

Os países do Sul global, por fim, permanecem incorporados a essa cadeia em posição de subordinação; os autores observam, contudo, que a divisão Norte-Sul opera de modo distinto nesse sistema, que se organiza em torno de ao menos dois polos, os Estados Unidos e a China, e que coloniza tanto populações externas quanto as próprias populações de origem das plataformas (Couldry; Mejias, 2019).

A INTERSEÇÃO ENTRE GEOPOLÍTICA, VIGILÂNCIA E COLONIALISMO

Os três referenciais podem compor, em conjunto, uma explicação da estrutura de poder contemporânea. Nessa análise, Santos fornece a descrição da organização do espaço e da riqueza que posiciona países e regiões em subordinação (mapa geoeconômico); Couldry e Mejias explicam o mecanismo de apropriação da vida humana como recurso; e Zuboff revela a

ISSN: 2358-8829

finalidade do processo, a organização de um mercado comportamental em que a experiência humana se converte em objeto de negociação. Nessa articulação, o espaço geográfico é transformado em fonte de extração, os dados se convertem em matéria-prima e o resultado é o controle comportamental de populações inteiras.

A primeira conexão desloca a lógica do espaço para a lógica da extração. Se, na globalização perversa, o território periférico era aquilo que estava sendo apropriado (Santos, 2000), na infraestrutura digital imposta pelas grandes corporações essa apropriação alcança a camada mais recente: o comportamento humano (Zuboff, 2019). A exportação de matérias-primas das periferias para os centros industriais dá lugar à exportação de fluxos de dados para os centros corporativos, e a dependência tecnológica substitui a dependência comercial como forma atualizada de bloqueio econômico.

A segunda conexão situa o colonialismo de dados como fundamento do capitalismo de vigilância. O mercado preditivo de Zuboff (2019) opera justamente sobre a conversão de condutas em dados que Couldry e Mejias (2019) descrevem. O novo elemento é o tipo de recurso em jogo. Em lugar de um insumo esgotável, apropriam-se do comportamento futuro das pessoas, recurso que se renova a cada interação e, por isso, sustenta a acumulação sem limite previsível.

A terceira conexão explica a mecânica da manipulação em escala. No contexto digital, a desigualdade estrutural descrita por Santos (2000) se manifesta como incapacidade coletiva de resistir. Corporações que controlam os dados moldam mercados, eleições e processos decisórios na forma descrita pelo capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019), e plataformas globais exercem controle sobre o pensamento público que ignora fronteiras nacionais. A infraestrutura que viabilizaria resistência, dados próprios, algoritmos abertos, servidores locais, foi terceirizada ou monopolizada pelos mesmos agentes que se beneficiam da extração (Couldry; Mejias, 2019).

Esses elementos compõem um ciclo de retroalimentação. Países e comunidades incorporam a infraestrutura digital global sem cláusulas de soberania de dados, perpetuando a assimetria entre Norte e Sul. Essa infraestrutura converte seus usuários em fontes de extração silenciosa, enquanto a vigilância constante se normaliza e a privacidade se erosiona até se tornar invisível. Com grandes volumes de dados, as corporações anteveem e influenciam escolhas de consumo e de voto. Por fim, populações já dependentes desses serviços para o acesso básico à vida social e econômica tornam-se incapazes de questionar a manipulação, porque a alternativa seria o isolamento funcional. O sistema fecha-se sobre si mesmo, e a cada volta aprofunda a subordinação que o tornou possível.

ISSN: 2358-8829

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO MOTOR DE INTENSIFICAÇÃO DO SISTEMAS DE EXTRAÇÃO/MODELAGEM DE COMPORTAMENTOS

A IA funciona simultaneamente como motor de aceleração desses processos e como nova camada de extração, deslocando a lógica do sistema de uma operação reativa, que registra comportamentos passados, para uma operação preditiva e proativa, que antevê e interfere no comportamento futuro.

No plano da globalização perversa, a IA atualiza a dinâmica de subordinação das periferias ao criar uma infraestrutura cognitiva globalizada, ou seja, sistemas que realizam, com as pessoas ou no lugar delas, operações de interpretação, classificação e decisão. Os grandes modelos de linguagem são treinados predominantemente em língua inglesa e em dados de origem ocidental, o que impõe uma gramática epistêmica com pretensão universal, uma maneira de organizar e classificar o conhecimento apresentada como válida para todos. Quando países periféricos adotam esses sistemas para governança, saúde ou gestão, importam junto com a tecnologia os vieses culturais e políticos nela incorporados (Santos, 2000). A capacidade de processar a própria realidade passa a depender de algoritmos estrangeiros, aprofundando a dependência tecnológica descrita por Santos e esvaziando a autonomia intelectual das periferias de modo mais completo do que a dependência comercial clássica, porque aquilo que se importa não é mais apenas o produto, mas o próprio instrumento de interpretação do mundo.

No plano do colonialismo de dados, a IA concede um novo patamar no valor comercial atribuído à matéria-prima expropriada. O mercado comportamental descrito por Zuboff (2019) opera para vigiar o que as pessoas fizeram para prever o que farão, e a IA torna essa previsão granular a ponto de a manipulação deixar de ser massiva e tornar-se hiperindividualizada, com cada pessoa recebendo uma narrativa ligeiramente diferente das demais. Essa segmentação dificulta a construção de resistência coletiva, porque impede a percepção compartilhada que a sustentaria (Couldry; Mejias, 2019). A apropriação da vida, que para os autores não conhece limite em princípio, ganha com a IA uma eficiência até então inalcançável, estendendo-se à vida futura das pessoas.

Há ainda um terceiro plano, decorrente de um desequilíbrio próprio da economia da IA. Projeções recentes indicam que o estoque de texto humano de alta qualidade disponível na internet tende a se exaurir nos próximos anos diante do ritmo de expansão dos modelos. Quando o dado passivo se esgota, a lógica de extração busca fontes mais profundas. A interação humana em tempo real torna-se a matéria-prima mais rica, e os assistentes de IA generativa constituem o canal de acesso a ela, porque revelam camadas de intenção, desejo e raciocínio que ninguém

ISSN: 2358-8829

publicaria em uma rede social. A coleta desses diálogos para refinar os modelos ocorre sob a fachada de um serviço pessoal, configurando uma forma sofisticada de expropriação (Couldry; Mejias, 2019).

O resultado é um ciclo fechado de dependência cognitiva. A globalização perversa fornece a infraestrutura desigual, o capitalismo de vigilância extrai o comportamento bruto dessa infraestrutura e a IA processa esse comportamento para prever e influenciar ações futuras. A escassez de dados força a busca por interações humanas mais profundas, e modelos melhores viabilizam manipulações mais eficazes, ampliando a dependência das populações em relação às plataformas que controlam a tecnologia. Nesse ciclo, a matéria-prima final deixa de ser o dado e passa a ser a própria agência humana, convertida em insumo de sistemas que interferem, em medida crescente, no que se pensa, se compra e se vota.

EXEMPLOS DE IMPACTOS DA IA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O primeiro deles é a dataficação do estudante, ou seja, a conversão da vida escolar em dados. Monteiro e Ponte (2026) documentam que as plataformas digitais adotadas pelas instituições de ensino capturam registros contínuos de desempenho, navegação e interações de discentes e docentes, integrando a escola a uma economia cuja lógica, na formulação de Zuboff (2019), é a de acumulação de comportamento humano como matéria-prima. Vista pela ótica de Couldry e Mejias (2019), essa captura converte a vida escolar em recurso extrativo, e o aluno deixa de ser sujeito da aprendizagem para tornar-se objeto de análise comportamental, cujos perfis podem circular para fora da escola. Na mesma direção, o futuro do estudante passa a ter uma versão proprietária, pertencente à plataforma e não a ele.

O segundo processo é a personalização algorítmica. A promessa de adaptação do ensino às necessidades individuais esbarra no fato de que os modelos carregam os vieses dos dados com que foram treinados, como sistematiza a revisão de Heggler, Szmoski e Miquelin (2026), que cataloga ocorrências documentadas de sistemas que encaminham estudantes a trajetórias inferiores com base em raça, gênero ou tipo de escola, caso emblemático do algoritmo de avaliação britânico de 2020, que atribuiu notas mais baixas a alunos de escolas estaduais. Na prática, a personalização pode segregar os estudantes em trilhas predefinidas, reproduzindo no interior da escola a desigualdade estrutural que, na leitura de Santos (2000), o sistema opera em escala.

ISSN: 2358-8829

O terceiro processo recai sobre os docentes. Ferramentas de correção automática e de planejamento sugerido por IA transferem parte das decisões pedagógicas para o *software*, fragilizando a autoria profissional do professor, num movimento de precarização e padronização do trabalho docente descrito por Monteiro e Ponte (2026) como efeito da plataformização do ensino. A instituição que adota essas tecnologias sem condições de negociar torna-se dependente de uma infraestrutura corporativa que não controla, comprometendo sua soberania acadêmica (Monteiro; Ponte, 2026), condição que, na leitura de Santos (2000), reproduz relações de dependência consolidadas em escala global.

O quarto processo é a dependência cognitiva. Quando estudantes recorrem ao algoritmo como fonte primária de resposta, o conhecimento passa a ser acessado por um filtro externo as decisões pedagógicas e proteções legais que regem o sistema de ensino. Os riscos catalogados na literatura vão da queda do pensamento crítico e da escrita à cópia acrítica de conteúdo gerado sem análise, o chamado aigiarismo (Monteiro; Ponte, 2026), somados à tendência, assinalada por Heggler, Szmoski e Miquelin (2026), de tratar as recomendações dos sistemas como verdades absolutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A convergência das três escalas, a estrutural, a operacional e a funcional, evidencia que, quando o Estado adota em escala tecnologias de governança privada e estrangeira, a formulação de política já nasce condicionada. Nesse quadro, a IA desloca o sistema da operação reativa para a preditiva e proativa, impõe uma infraestrutura cognitiva de gramática epistêmica estrangeira e torna a extração mais eficiente e hiperindividualizada. Como a pressão por novas fontes de dados alcança as interações humanas mais profundas, e a escola é o ambiente mais rico dessas interações, a educação acaba sendo um alvo estrutural do sistema.

Os casos brasileiros convergem nesse ponto. Pelo mercado, a escola fornece matéria-prima e recebe serviços cuja lógica escapa ao seu controle; pelo Estado, a promessa de equidade financia e normaliza a infraestrutura da extração. Políticas limitadas a orientar o uso das ferramentas permanecem dentro da lógica que as condicionam. Soberania educacional significa, aqui, controle da cadeia de valor da informação que o próprio país produz.

Daí a urgência de ancorar políticas públicas e formação de docentes focando em: formação crítica sobre a IA, que compreenda vieses, interrogue a origem dos dados e desnaturalize a tecnologia como instrumento de poder; soberania pedagógica, com proteção legal rigorosa dos dados escolares, governança pública de dados, transparência algorítmica e

capacidade de recusar imposições algorítmicas globais; e resgate da mediação e da criatividade humanas, com espaços de desconexão estratégica em que o pensamento lento, analógico e coletivo não se subordine à lógica de eficiência da IA.

A formação crítica é condição para que a escola desenvolva nos estudantes a capacidade de agir sobre o próprio destino, em vez de prepará-los para servir a um sistema que os conhece melhor do que eles mesmos.

Palavras-chave: Inteligência Artificial na Educação; Autonomia Pedagógica; Soberania Educacional; Globalização Perversa; Capitalismo de Vigilância.

REFERÊNCIAS

COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. Data colonialism: Rethinking big data's relation to the contemporary subject. **Television & new media**, v. 20, n. 4, p. 336-349, 2019.

HEGGLER, J. M.; SZMOSKI, R. M.; MIQUELIN, A. F. As dualidades entre o uso da inteligência artificial na educação e os riscos de vieses algorítmicos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 46, e289323, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/ES.289323. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/qrTryFvZR9Y9WsRpG5fWGHB/. Acesso em: 29 out. 2026.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, abr./jun. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200014. Acesso em: 20 set. 2026.

MONTEIRO, G. G.; PONTE, N. M. Inteligência artificial generativa: desafios, limites e perspectivas para o ensino superior no Brasil. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 16, e058903, 2026. DOI: https://doi.org/10.35699/2237-5864.2026.58903. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/58903. Acesso em: 29 out. 2026.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ZUBOFF, S. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. New York: PublicAffairs, 2019.